

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO REALOJAMENTO NA AMADORA

Desde a sua fundação, a habitação tem sido um dos problemas mais graves do Município da Amadora, que se compunha por um território matizado por zonas de habitação precária, fruto de processos de construção e ocupação ilegal, que tiveram a sua origem nos anos sessenta e que foram sendo alargadas e densificadas nas décadas seguintes, servindo como resposta aos fluxos migratórios a que o território foi sujeito, fazendo face à escassez de respostas institucionais.

As décadas que decorreram agravaram esta realidade de tal forma que as carências habitacionais se tornaram uma das preocupações centrais da Administração, pelo que a sua resolução constitui uma das opções estratégicas de desenvolvimento do município.

As respostas para tal problemática são da competência da Administração Central, no entanto manifestam-se territorialmente, pelo que respostas integradas de âmbito local e central serão sempre mais eficazes, adequadas e financeiramente sustentadas, já que este foi um cenário repetido noutros pontos do país, configurando uma ameaça para a sua coesão social e territorial.

Neste sentido, foram criados diversos [programas sociais e habitacionais](#), em parceria institucional, que se revestiram de especial importância para a cidade da Amadora, estimando-se em 12 % o total da população incluída no Programa Especial de Realojamento (PER), lançado em 1993.

A execução deste programa tem como objetivo principal a erradicação das barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, eliminando os núcleos de habitações precárias, dotando de melhores condições habitacionais os residentes das mesmas, melhorando o ambiente urbano e alterando os usos desqualificados do território, abrindo assim caminho para processos de requalificação, nomeadamente com a construção de parques urbanos e/ou vias de comunicação.

Para cumprir os objetivos do PER, o realojamento faz-se acompanhar de uma dinâmica de intervenção que tem em conta a correlação de forças existentes entre os atores sociais presentes, a estratégia municipal de habitação e o emergir de novos modelos de habitar, permitindo-se a inclusão social e a obtenção de satisfação residencial por parte da população.

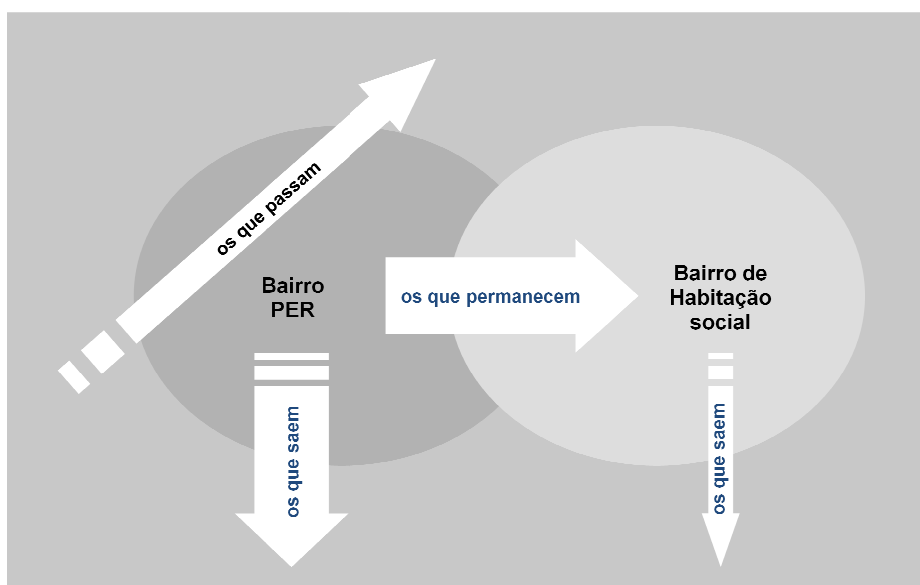
Habitação Social

Em síntese, os bairros na Amadora são palco de vários percursos familiares que se podem traduzir pelas famílias dos que:

- “saem” - famílias que prepararam economicamente a sua saída do bairro, autonomamente ou com apoio da CMA/IHRU, através do PER Famílias, PAAR e PR

- “permanecem” - famílias que não conseguem romper o ciclo da pobreza, porque acumulam diversas problemáticas, como por exemplo: a monoparentalidade, deficiência, o desemprego, imigração e outras
- “passam” – famílias que por contingências diversas se fixam durante algum tempo num bairro degradado, onde o mercado de aluguer é mais acessível e flexível e que saem logo que ultrapassam as condições que determinaram esta opção; famílias que por iguais motivos se instalam numa barraca, mas que para sair precisam de estímulos externos e que solicitam apoios institucionais

Percursos familiares nos bairros degradados



O realojamento torna-se a única opção para os que “permanecem”, dado que o quadro da estrutura familiar não possibilita o recurso a outras saídas, no entanto, como a metodologia mudou significativamente a partir do momento em que “dar casa” passou a significar a visão da família como um todo, cujas necessidades não se restringem ao abrigo.

Tendo em conta o perfil social das populações e encarando as ações de realojamento como processos dinâmicos, muitas vezes a mudança de barracas para prédios é encarado como um reinício, possibilitando a oportunidade de se criar uma identidade nova, tanto no que se refere ao bairro como aos próprios indivíduos, permitindo a criação de condições iniciais de aceitação de novas regras e o reforço dos laços sociais, promovendo a integração social.

A configuração sócio urbanística dos bairros e a presença de várias instituições, com funções que não se destinam só à população realojada, servindo também o resto da população, contribui também para promover sociabilidades mais próximas dos outros grupos sociais, permitindo a partilha dos espaços e das instituições.

A intervenção no espaço público faz parte integrante da intervenção e do trabalho para melhorar a qualidade de vida das populações através da construção de equipamentos de proximidade, tornando-se parte integrante do tecido social, em que os espaços não produzem ou acentuam quaisquer estigmas, antes promovem a partilha.